

## **A elite política local de uma região marcada pela imigração (final do século XIX)**

Carina Martiny\*

### **Resumo**

Este trabalho se propõe a analisar a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí no último quartel do século XIX como locus privilegiado da ação de uma elite política local, formada por luso e teuto-brasileiros, formação esta decorrente do processo de colonização da região do vale do rio Caí ao longo dos séculos XVIII e XIX. Conciliando o método prosopográfico com o biográfico, o estudo evidencia tanto a existência de padrões de comportamento da elite local, quanto de casos que destoem destes padrões, permitindo-nos pensar em sua heterogeneidade.

**Palavras-chave:** elite política; Câmara Municipal; perfil prosopográfico.

### **Abstract**

This work intends to analyze the Council of São Sebastião do Caí through the last quarter of the 19<sup>th</sup> century, as a privileged locus of the action of a local political elite, formed by Portuguese and Brazilian-Germans, this formation being the result of the colonization process of the Vale do Caí region throughout the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries. Conciliating the prosopographical and biographical methods, the study shows both the existence of behavior patterns of the local elite as well as the ones that disagree with these patterns, allowing us to think about them in their heterogeneity.

**Keywords:** political elite; Council; prosopográfico profile.

Um dos temas que tem instigado os historiadores que se debruçam sobre o período imperial da História do Brasil está relacionado à análise da elite política brasileira. A obra de Raymundo Faoro (1989), talvez, possa ser considerada fundante deste interesse investigativo. Da década de 1970, resulta o trabalho de José Murilo de Carvalho (2007), que tornou-se referencial para todos que se debruçam sobre o tema. Mais recentemente, Maria Fernanda Vieira Martins (2007) analisou a elite imperial brasileira a partir dos ocupantes do Conselho de Estado. Entretanto, diversas outras análises, emergindo em profusão do meio acadêmico, voltaram seu olhar para a política regional. Não é nossa intenção aqui mapear os inúmeros trabalhos que se debruçam sobre o tema. Destacamos, somente que, para o caso do Rio Grande do Sul imperial, o trabalho de Jonas Moreira Vargas (2007) acerca da elite política imperial rio-grandense é exemplar. Boa parte destas análises fazem uso do método prosopográfico com o intento de traçar um perfil do grupo analisado, capaz de revelar as trajetórias e estratégias dos indivíduos analisados.<sup>1</sup>

---

\* Mestranda em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS (São Leopoldo, RS). Bolsista CAPES/Prosup.

<sup>1</sup> Flávio M. Heinz discute o método prosopográfico e sua contribuição para o estudo de grupos sociais em um dado momento histórico (HEINZ, 2006: 7-15).

O que pretendemos nesta comunicação é analisar uma fração da elite política brasileira do final do século XIX, fração esta que teve seu espaço de ação restrito, em grande medida, ao âmbito municipal. O intento é de buscar entender a lógica de formação de uma elite política municipal que não galgou êxitos na política provincial/estadual mas que viu na Câmara Municipal um importante esteio de ampliação de seu poder local e um meio de criar, manter ou ampliar seus laços com instâncias superiores de poder. Cientes da imprecisão conceitual e das diferentes percepções com que o termo é utilizado, buscamos entender o conceito de elite, como o definiu Heinz, como uma noção, mais do que uma categoria estanque, o que, então, permite analisar os espaços e mecanismos de poder existentes em São Sebastião do Caí no final do século XIX (HEINZ, 2006: 7-8).

As reflexões aqui apresentadas resultam da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado que tem por objeto de estudo a elite do município de São Sebastião do Caí, suas estratégias para adentrar na política local e nela se manter, atentando especialmente para as redes de relações estabelecidas pelos membros do grupo em estudo. Concentramos a discussão, nesta comunicação, no primeiro momento desta análise mais ampla, determinando, através de uma análise prosopográfica, o perfil deste grupo que ocupou uma das posições centrais de mando municipal.

São Sebastião do Caí tornou-se município em 1875, entretanto, somente dois anos depois a primeira Câmara Municipal tomaria efetivamente posse. A demora na constituição deste que era um importante aparato administrativo local deveu-se em razão das disputas políticas ocorridas que levaram à anulação dos dois primeiros processos eleitorais e que demonstram a existência, desde antes da criação do município, de facções opostas que estavam dispostas a lutar para garantir o domínio da política municipal.<sup>2</sup>

De todo modo, a 1º de maio de 1877 foram empossados os primeiros vereadores de São Sebastião do Caí. Elegemos como objeto de análise os indivíduos que tomaram assento

---

<sup>2</sup> O longo período que separa a criação do município da instalação da primeira Câmara Municipal é explicado pelas disputas políticas que caracterizaram os pleitos ocorridos para a composição da primeira Câmara Municipal. A primeira eleição, ocorrida no novo município nos dias 24 e 25 de outubro de 1875, foi anulada em virtude das irregularidades ocorridas nas duas paróquias em que se dera a votação. Provavelmente nova eleição ocorreria, pois, em 25 de novembro de 1876 tomaram posse outros indivíduos que não haviam sido eleitos naquele escrutínio de 1875. Entretanto, os trabalhos desta Câmara empossada em 1876 acabaram suspensos em razão de irregularidades que teriam ocorrido no novo pleito, sendo sua última reunião a 10 de janeiro de 1877. Assim, somente em maio de 1877 a primeira Câmara de São Sebastião do Caí iniciaria definitivamente seus trabalhos. Todo este conturbado processo – transcorrido até que a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí iniciasse seus trabalhos – demonstra que o processo eleitoral durante o Império, e assim também na República, poderia suscitar muitas disputas políticas entre indivíduos e facções que buscavam o domínio da administração local. Richard Graham (1997) trata as eleições nos capítulos 4 e 5 de seu clássico trabalho *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, referindo-se ao processo eleitoral como o “teatro das eleições” e chamando a atenção para as disputas e conseqüentes fraudes que nelas ocorriam.

na Câmara Municipal no período de 1877 a 1900. A estes indivíduos, denominamos, em nossa análise, de elite política municipal, acreditando que, ao integrarem a Câmara Municipal no papel de vereadores, estes indivíduos passaram a deliberar diretamente sobre os assuntos municipais, as necessidades da população, a organização espacial do município e os interesses nas mais diversas áreas, assim como concentravam muitos dos mecanismos que lhe permitiam controlar o comportamento da população local.<sup>3</sup> Além do mais, eram estes indivíduos que detinham a incumbência de funcionar como mediadores entre os interesses locais, ou seus próprios interesses, e as instâncias maiores de poder.<sup>4</sup> Como bem o aponta Conniff, “Todas as sociedades organizadas selecionam elites para administrar os negócios públicos e tomar decisões que afetam suas populações (CONNIFF, 2006, p.99). Neste sentido, acreditamos que os pressupostos de análise considerados por José Murilo de Carvalho para a compreensão da atuação da elite imperial podem ser estendidos à análise que pretendemos fazer da elite política municipal, já que, também “Estamos supondo [...] com as cautelas mencionadas, que o grupo que estaremos analisando inclui a quase totalidade dos homens que tomavam decisões dentro do governo” municipal (CARVALHO, 2007, p.57).

Neste sentido, a Câmara constituiu-se, apesar do crescente esvaziamento de poder por que passou ao longo da segunda metade do século XIX e mais profundamente no momento inicial da República<sup>5</sup>, em um importante órgão político de variadas funções no âmbito da

---

<sup>3</sup> Um mecanismo importante de que dispunha a Câmara Municipal para garantir o controle da população do município era o Código de Postura. Era este um Código elaborado pela Câmara Municipal que definia não somente regras de urbanização e ocupação do espaço público, como também deliberava acerca do próprio comportamento da população. O Código previa penas, incluindo multa e prisão, para os infratores das regras determinadas, interferindo, assim, diretamente na vida dos indivíduos subordinados às instâncias de poder. O papel do Código de Postura, sua interferência na vida da população, o uso que dele fizeram as autoridades municipais e a reação da população às regras impostas por esta legislação foram mais atentamente analisados em artigo anterior (MARTINY, 2008: 295-318).

<sup>4</sup> Esta mesma percepção tem Comissoli ao analisar a Câmara Municipal de Porto Alegre, de final do século XVIII e início do XIX, como objeto de análise. Entende o historiador que a instituição camarista foi “palco de manifestação de elites locais, possibilitando um canal de diálogo e negociação entre o poder monárquico de Portugal e as diversas elites ultramarinas que compunham o império lusitano” (COMISSOLI, 2008, p.25).

<sup>5</sup> Como bem especificava a Constituição do Império do Brasil de 1824, em seus Artigos 167 e 169, era às Câmaras Municipais que cabia a administração municipal, competência melhor delineada através de lei regulamentar de 1º de outubro de 1828. Esta lei, conhecida como Lei de Organização das Câmaras Municipais, regulava a forma como deveria se proceder a eleição das Câmaras e definia amplas atribuições a esta instituição de poder local. Entretanto, leis posteriores promoveram um crescente esvaziamento dos poderes das Câmaras Municipais. Para Marcos Tramontini, o esvaziamento do poder das Câmaras Municipais deu-se já com o Ato Adicional de 1834, quando este subordinou política e economicamente as Câmaras Municipais às Assembléias Legislativas Provinciais. A Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, e a Reforma do Código do Processo Criminal só vieram a aprofundar essa perda de poder, uma vez que passaram a submeter as Câmaras Municipais não mais à Assembléia Provincial, mas sim ao Presidente da Província, representante direto do poder central. (TRAMONTINI, 2003, p.299-300). A grande modificação na administração municipal ocorreu com a mudança de regime político no país. Após a proclamação da República, as Câmaras Municipais foram dissolvidas, sendo então criadas as Juntas Municipais. As Juntas eram, entretanto, um dispositivo provisório, utilizado pelo recém-instalado governo republicano, para prover a administração municipal. A Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, previa que cada Estado

administração local. Com amplos ou reduzidos poderes, certo é que a Câmara Municipal constituía, para uma elite local que não buscava ou tinha dificuldades de lograr sucessos na política provincial/estadual e geral, um importante esteio de afirmação de sua condição superior ante outros setores da sociedade, assim como representava um importante mecanismo de controle da política, economia e sociedade locais e uma importante via de afirmação política e social. Sua importância estava diretamente relacionada ao status que o cargo poderia conferir no âmbito local. Prestígio, reconhecimento, poder de conceder benesses e meios de construir e ampliar uma clientela figuram entre as vantagens que um homem poderia adquirir ao ser vereador.<sup>6</sup> Além do mais, por mais restritiva que fosse a autonomia deste órgão administrativo, seus membros souberam utilizar-se muito bem de estratégias e mecanismos de negociação com as instâncias superiores de poder.<sup>7</sup>

Nesta comunicação analisamos os indivíduos que se tornaram vereadores no último quartel do século XIX no município de São Sebastião do Caí, buscando entendê-los como um grupo, não de todo homogêneo. Buscamos, nas páginas seguintes, analisar o perfil desta elite caiense. Para tanto, analisaremos sete composições camaristas: quatro Câmaras Municipais do período imperial (1877-1880, 1881-1882, 1883-1886 e 1887-1890), a Junta Municipal nomeada pelo governo provisório da República em fevereiro de 1890, sendo que acompanhamos sua atuação até 28 de junho deste mesmo ano<sup>8</sup>, e mais os dois Conselhos Municipais do período republicano, o de 1892-1896 e o de 1896-1900.<sup>9</sup>

Assim, a partir dos registros camaristas, ou seja, das Atas das sessões da Câmara Municipal, realizamos o levantamento dos indivíduos que exerceram o cargo de vereador.<sup>10</sup> De acordo com o levantamento feito nas Atas das Câmaras, da Junta e dos Conselhos Municipais, as sete formações camarárias compreendem um total de 54 vereadores que

---

poderia reger-se por sua própria Constituição, contanto que respeitasse os princípios constitucionais da União. Assim, a Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891, que tinha por base o projeto de Júlio de Castilhos, determinava que, diferentemente do que ocorrera no Império, a administração municipal não cabia mais somente à Câmara, que então passou a denominar-se Conselho Municipal, sendo criados, em decorrência, os cargos de Intendente Municipal e de sub-intendentes.

<sup>6</sup> Entendemos que ao assumir o cargo de vereador, estes membros locais eram investidos de um capital simbólico pertencente à instituição e que por ela era delegado como uma “transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela”. É o que Bourdieu denomina “capital delegado da autoridade política” (BOURDIEU, 1989: 191).

<sup>7</sup> Neste sentido a idéia de *autoridades negociadas* que João Fragoso apresenta é bastante pertinente. Os detentores do poder local, para afirmarem seu poder, necessitavam negociar com as instâncias superiores de poder – e essas entravam na negociação porque necessitavam do apoio da elite local (FRAGOSO, 2001: 58-61).

<sup>8</sup> Data esta da última ata da sessão da Junta encontrada. As sessões posteriores não foram localizadas.

<sup>9</sup> Dentre o período de 1875 a 1900, os anos de 1891 e 1892 carecem de registros administrativos.

<sup>10</sup> Utilizamos, como primeiro critério, a eliminação dos vereadores que estiveram presentes em menos de cinco reuniões, uma vez que muitos assumiram a suplência esporadicamente. Acreditamos que estes, então, não interferiam significativamente nos rumos das decisões tomadas pela Câmara.

atuaram na vereança. Entretanto, muitos destes exerceram mais de um mandato, de modo que, no total, estaremos analisando, prosopograficamente<sup>11</sup>, 38 indivíduos.

A análise de alguns elementos capazes de caracterizar os homens que se ocupavam da vereança municipal pode ajudar a desenhar o perfil da instituição, sempre buscando entender o grupo de vereadores em sua heterogeneidade.

Central para a análise do caso em estudo é o reflexo, nas próprias formações camaristas, do crescimento demográfico e econômico por que passou a região do Vale do Rio Caí na segunda metade do século XIX em decorrência, sobretudo, do processo de imigração alemã. A Câmara Municipal refletiu, como veremos, a predominância do setor comercial e a diversidade étnica do próprio município.

### **“Presentes os Senhores vereadores”<sup>12</sup>: a elite política municipal de São Sebastião do Caí**

Parte da região que em 1875 viria a se tornar o município de São Sebastião do Caí foi ocupada, ainda no final do século XVIII, por famílias luso-brasileiras<sup>13</sup>. Entretanto, ao longo do século XIX, seguindo o processo de imigração que se iniciara com a fundação da colônia de São Leopoldo, famílias de imigrantes alemães e seus descendentes foram ocupando áreas próximas ao rio Caí. Assim, em 1875, os distritos de São José do Hortêncio, Santa Catarina da Feliz, Nova Petrópolis e a própria vila contavam com significativa parcela da população de origem germânica. Já no último quartel do século XIX, concomitantemente à criação do município, estavam a chegar as primeiras levas de imigrantes italianos, muitos dos quais, depois de chegar a Porto Alegre, seguiam viagem via rio Caí, desembarcavam no porto que havia na vila de São Sebastião do Caí e então seguiam até as terras que lhes haviam sido destinadas na Encosta Superior do Planalto. Muitos deles estabeleceram-se, então, na colônia de Santa Tereza de Caxias, que até 1890 foi distrito do município de São Sebastião do Caí.

---

<sup>11</sup> É o método prosopográfico que nos permite contemplar os aspectos da vida de um dado grupo social, no caso do grupo de indivíduos que exerceu o cargo de vereador durante o período por nós estudado. O método das biografias coletivas, como também é conhecido a prosopografia, permite-nos elaborar um perfil econômico, social e político da elite política caiense, a partir da sistematização e cruzamento de informações constantes em uma variada gama de documentos. Flávio M. Heinz discute o método prosopográfico e sua contribuição para o estudo de grupos sociais em um dado momento histórico (HEINZ, 2006: 7-15).

<sup>12</sup> A expressão funciona como parte da nota de abertura da maioria das atas das sessões da Câmara de São Sebastião do Caí analisadas: Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, nº1, 1876-1886; e Livro de Atas do Conselho Municipal de São Sebastião do Caí, 1892-1900 (ambos no Museu Histórico vale do Cahy); Livro de Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, nº 2, 1886-1890 (Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí).

<sup>13</sup> Em 1875 esta região correspondia ao distrito de Santana do Rio dos Sinos, hoje município de Capela de Santana.

A análise prosopográfica dos vereadores de São Sebastião do Caí no último quartel do século XIX espelha esta diversidade étnica da população local. Certamente para os italianos que recém havia chegado uma investida na vida política poderia ser bem mais difícil. Entretanto, para muitos imigrantes alemães e para seus descendentes, que já se encontravam há mais tempo instalados na região, a política se apresentava como um campo possível de atuação.

Se a nível provincial e geral até 1881 aos estrangeiros era vetado exercer cargos, a política local se lhes apresentava como uma via importante de participação política. Tanto é que, em São Sebastião do Caí, do conjunto de vereadores do período analisado, temos informações de que pelo menos três eram estrangeiros: Pedro Noll, Christiano Sauer e João Stoffels. Se ampliarmos a análise buscando identificar não somente os imigrantes como também seus descendentes, veremos que a presença teuto-brasileira na Câmara Municipal de São Sebastião do Caí foi significativa. Assim, ao analisar os sobrenomes dos 38 vereadores, verificamos que destes, 13 eram de origem portuguesa, o que corresponde a 34,2%, enquanto a maioria, 65,8%, ou 25 indivíduos, eram de origem teuto-brasileira. Tais dados vêm corroborar o que uma historiografia mais recente da imigração alemã no Rio Grande do Sul vem destacando: o envolvimento de imigrantes e seus descendentes com questões políticas, em especial com questões políticas locais. Marcos Tramontini argumenta que, mesmo antes da lei que possibilitou a naturalização de imigrantes, não era possível aceitar “a interpretação de que a vida na colônia foi marcada pela apatia política, por um isolamento individualista, senão anti-social dos colonos, como a que perpassa significativa parcela da bibliografia” (TRAMONTINI, 2003, p.305), chamando a atenção, então, para a capacidade de organização dos imigrantes. Marcos Witt, seguindo essa mesma linha de interpretação que refuta o caráter apolítico dos imigrantes, utiliza o exemplo de um colono alemão que, em 1829, foi eleito Juiz de Paz em Torres, para demonstrar como imigrantes e descendentes não somente participavam politicamente, como também chegavam a assumir cargos políticos (WITT, 2008, p.247-250). Tomando o caso de São Sebastião do Caí, de 1877 a 1900, podemos constatar uma constante diversidade étnica nas formações camaristas, o que nos leva a afirmar que a origem étnica não prefigurou fator agregador da elite política municipal. Se a presença teuto-brasileira foi constante na Câmara, onde por muitas vezes constituíram maioria, o intendente municipal, cargo criado pelo regime republicano, foi luso-brasileiro.<sup>14</sup> Além do mais, é bastante visível que estes indivíduos não se organizaram politicamente com base no

---

<sup>14</sup> Paulino Ignácio Teixeira foi intendente de São Sebastião do Caí em dois mandatos consecutivos, de 1892 a 1900.

critério étnico, uma vez que encontramos, ainda no período imperial, manifestações de membros do partido liberal de ambas origens étnicas.

Assim, se a origem étnica não constitui fator agregador da elite, o que pode ter garantido certa coesão ao grupo? O que pode ter facilitado a entrada destes indivíduos na cena política local? Estas são as perguntas que guiaram nossa análise de algumas características do grupo. Assim, analisamos a atividade ocupacional destes indivíduos, sua participação militar e o distrito de origem.

Quanto à atividade ocupacional, fica evidente que a dedicação a atividades comerciais poderia abrir portas para o acesso a cargos políticos. Não é à toa que dos 38 indivíduos que foram vereadores, 20 eram negociantes, o que representa 52,6% do total. Destes 20 negociantes, oito, ou 40%, estiveram presente em mais de uma formação camarista. Tal percentagem não parece ser elevada mas, se formos levar em conta que dos 38 indivíduos, apenas 12 foram vereador em mais de uma ocasião, neste seleto grupo os negociantes representam a maioria, 66,7%. Tal dado resulta do próprio desenvolvimento econômico por que passou a região, sobretudo na segunda metade do século XIX. A crescente produção de excedentes que passaram a ser destinados à exportação, via rio Caí, para a capital do província, propiciou um crescimento nas atividades comerciais locais. Homens como Cristiano Jacob Trein e João Weissheimer compravam o excedente produzido nas pequenas propriedades da região e se encarregavam de exporta-lo até Porto Alegre. Como mostra o registro de Receitas da Câmara Municipal, em 1879, João Weissheimer exportou 734 sacos de feijão e milho, 33 sacos de amendoim, 1211 quilos de banha e 41 quilos de manteiga. Cristiano Jacob Trein, naquele mesmo ano exportou 530 sacos de feijão e milho, 104 sacos de amendoim, 23 sacos de farinha, 56 couros, 1777 quilos de banha, 16 de cabelo e 46 de manteiga. Muito provavelmente a atividade econômica destes indivíduos concedeu-lhes um status que acabou sendo transferido para o plano político.<sup>15</sup> Status este advindo tanto das relações que a atividade proporcionava localmente quanto do fato de serem importantes comerciantes locais – e então o fato de exportarem produtos para a capital da província é um bom indicativo da grandeza destes comerciantes. Entretanto, não foram somente os comerciantes que marcaram presença na Câmara Municipal. Do total de 38 indivíduos, dez possuíam alguma ligação com a terra (lavradores/fazendeiros), 4 eram donos de pequenos

---

<sup>15</sup> É o que Pierre Bourdieu denomina de “capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’” que advém tanto da reputação de uma pessoa quanto do fato desta possuir algumas qualificações específicas que lhe garantem a “boa reputação”. Em outros termos, este capital é “produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios” como em profissões (BOURDIEU, 1989: 190-191).

estabelecimentos (ferreiro, marceneiro e serreiro), dois constam como “proprietários”, um era maquinista e um professor público.

Se o envolvimento com atividades comerciais aumentava as chances de um indivíduo entrar para a vida pública, também exercia tal papel o fato deste possuir alguma patente militar. Assim, dos 38 indivíduos que de 1877 a 1900 foram vereadores, 19 (50,0%) possuíam patente na Guarda Nacional. Este elevado número é explicado pela presença, na região e no próprio município, de destacamentos dessa milícia. Segundo aponta Becker, a Guarda Nacional de São Leopoldo, reorganizada em 1851 sob o comando do Dr<sup>o</sup>. João Daniel Hillebrand, contava com uma Seção de Infantaria e mais dois corpos de cavalaria. O 11<sup>o</sup> Corpo de Cavalaria tinha sua sede em Santana do Rio dos Sinos, então distrito de São Leopoldo enquanto o 12<sup>o</sup> Corpo de Cavalaria estava sediado na vila de São Leopoldo (BECKER, 1968: 11-13). Se, durante o Império, a presença de oficiais era significativa, 48,1% do total de vereadores, a percentagem só cresceu com a República, quando então 60,0% dos vereadores possuía alguma patente. Essa presença tão evidente – e significativa em termos percentuais – de oficiais nas Câmaras Municipais, leva-nos a crer homens que os que optavam pela carreira milita encontravam facilidades para ingressar na política municipal. Fazer carreira na Guarda Nacional poderia, assim, significar acesso facilitado na política municipal. Esta mesma observação foi feita por Jonas Moreira Vargas que, ao analisar as condições que levaram homens sem formação superior a ingressarem na seleta elite política provincial, constatou que “Boa parte deles [deputados] adquiriu importância política como oficial da Guarda Nacional. Dos 65 deputados sem formação superior, pelo menos 38 (60%) possuíam estas patentes” (VARGAS, 2007, p.82).

Por fim, analisemos o terceiro fator: o fato de residir na vila. O termo da vila, como demonstra o próprio Código de Posturas do município<sup>16</sup>, opunha-se aos demais distritos por ser uma área mais urbana, que abarcava não só uma maior quantidade e variedade de estabelecimentos comerciais e de serviço, como também por ser ela, a partir da criação do município, o centro administrativo local. Assim, era na vila que se concentravam as famílias e os indivíduos que tinham a intenção de angariar algum prestígio social. Dos 38 vereadores em estudo, 16 eram moradores da vila, o que representa 42,1%. Tal índice pode ser ainda maior se considerarmos as diversas estratégias utilizadas pelos membros desta elite para fazer-se presentes na vila. João Weissheimer, por exemplo, mesmo morando no distrito de Santa Catarina da Feliz, onde possuía sua casa comercial, adquiriu propriedades na vila. Consta no

---

<sup>16</sup> Código de Posturas de São Sebastião do Caí. Livro de Atas do Conselho Municipal de São Sebastião do Caí, 1892-1900 (Museu Histórico Vale do Caí);

Inventário de Weissheimer, datado de 1900 que, entre seus bens, estavam um terreno, sobre o qual havia uma pequena casa velha, e 5 terrenos comprados em sociedade com Jacob Ruschel, todos localizados na vila de São Sebastião.<sup>17</sup> Outra estratégia utilizada foi a de deixar seu distrito de origem e transferir sua residência para a vila, como foi o caso de Pedro Michaelsen, vereador proveniente do distrito de Nova Petrópolis que, quando em 1892 é eleito pela primeira vez para a Câmara Municipal, já havia transferido residência para a vila.

César José Centeno representa o vereador que agregou estes três atributos que poderiam facilitar sua pertença ao seletivo grupo da elite local. Centeno era comerciante, dono de uma casa comercial na vila, possuindo, inclusive, de uma carreta. Major da Guarda Nacional, residia no termo da vila. Talvez estes três atributos tenham sido fundamentais para que Centeno garantisse presença nas três primeiras Câmaras Municipais de São Sebastião do Caí. Entretanto, João Diehl Júnior também foi vereador por três ocasiões. Tal como Centeno, possuía patente militar – era capitão – e residia na vila, mas não era comerciante e sim marceneiro. Já Paulino Ignácio Teixeira era negociante, possuía patente militar, mas morava em Santana do Rio dos Sinos.

Assim, se o fato de ser comerciante, possuir patente militar e morar na vila facilitavam a entrada destes indivíduos na vida política local, não significava que não o sê-lo vetava de todo qualquer chance de ingresso na política local. Determinantes, eram, neste sentido, os investimentos econômicos que realizavam e o capital simbólico que acumulavam a partir das relações que tais indivíduos estabeleciam tanto a nível local quanto a nível externo, com seus pares, mas também com os que estavam acima e os que estavam abaixo.

A intenção desta comunicação foi a de buscar observar algumas características de uma dada elite política local buscando avaliar como alguns fatores foram determinantes para a inclusão ou exclusão neste grupo minoritário, ao mesmo tempo em que se buscou chamar a atenção para a fragilidade destes padrões, sobretudo porque acreditamos que é através dos jogos de relações estabelecidas pelos indivíduos que se dá, mais eficientemente, a constituição desta elite local. Mas esta é outra faceta desta história.

---

<sup>17</sup> Inventário, Cartório Cível e Crime, Autos 92, Maço 3, Ano 1900, São Sebastião do Caí. Inventariado: João Weissheimer; Inventariante: Elisabetha Weissheimer. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

## Referências Bibliográficas

- BECKER, Klaus. Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai. Canoas: Hilgert & Filhos, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- COMISSOLI, Adriano. *Os ‘homens bons’ e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.99-121.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 8.ed. São Paulo: Globo, 1989.
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GÔUVEA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.29-71.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-15.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARTINY, Carina. O ordenamento da vila: o Código de Posturas de São Sebastião do Caí (final do século XIX). In: *Anais 6ª Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 295-318.
- TRAMONTINI, Marcos. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Dissertação de Mestrado.
- WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.